

RECEP GM/MJ
02/08/96.2
81
Ass.

17 JUL 14 2 58 000000

700
l-oo
da

9.140 de 04/12/1.995)
DA JUSTIÇA, ANEXO II 6º ANDAR SAJ

Direito à Memória e à Verdade

Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos

CIVIL DA INCORPORAÇÃO
DA DE BELEM, 108
Jurídica em nome
ERIO LONGMAN
Esposas
ERGIO LONGMAN
e substituído
FATIMA VIEIRA

REPÚBLICA
REGISTRO

FEDERATIVA DO BRASIL
Distrito, Ener
Estado Pernambuco
Pessoas Naturais
NASCIMENTO
uma Zona Judiciária, em virt
FLS.

© 2007 (Ano da 1ª edição) Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e não seja para venda ou qualquer fim comercial.

Série Bibliográfica
Tiragem: 5.000 exemplares

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
Paulo de Tarso Vannuchi

Elaboração, distribuição e informações:
COMISSÃO ESPECIAL SOBRE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS
Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Sala 420
70064-900 - Brasília - DF
Fone: (61) 3429 3142 / 3454 Fax (61) 3223 2260
E-mail: direitoshumanos@sedh.gov.br

Impresso no Brasil/Printed in Brazil

Catálogo na publicação

Brasil. *Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.*

Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos / Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - - Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007
400p. : il. (algumas color.) ; 23 x 30 cm

ISBN 978-85-60877-00-3

1. Brasil - História I. Título. II. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos - Relatório.

Conhecido como Raimundinho, nasceu em Curvelo, Minas Gerais, iniciando sua militância política na juventude como integrante da AP, em Pernambuco. Trabalhou como bancário. Morreu quando tinha 32 anos e vivia em Jaboatão dos Guararapes (PE). Era casado com Maria Regina Lobo Leite de Figueiredo, morta em 1972, com quem tinha duas filhas. Foi baleado em uma casa do bairro de Sucupira, em Recife (PE), por agentes do DOPS pernambucano, em 27/04/1971, morrendo no dia seguinte. Na casa estavam Áurea Bezerra e seus filhos, além do militante Arlindo Felipe da Silva, que foi preso e, posteriormente, enviou depoimento por escrito à CEMDP, fundamental para a decisão unânime a favor do deferimento.

Dirigente da VAR-Palmares, com passagem anterior pela Ala Vermelha, o nome de Raimundo constava do *Dossiê dos Mortos e Desaparecidos* Políticos, sem maiores informações acerca das circunstâncias de sua morte. A nota oficial comunicando o ocorrido foi publicada pelo *Jornal do Brasil* somente em 1º de julho, mais de dois meses depois. A Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, ao informar a morte, acusa Raimundo como autor do atentado no Aeroporto de Guararapes, quando morreram o jornalista e secretário de Governo Edson Régis de Carvalho e o Almirante da Reserva Néelson Gomes Fernandes, ficando feridas e mutiladas outras pessoas.

O exame necroscópico foi feito sob a identidade falsa de José Francisco Severo Ferreira, pelos legistas Nivaldo José Ribeiro e Antônio Victoriano da Costa. Atestam como *causa mortis* "hemorragia interna, decorrente de ferimento transfixante de tórax, por projétil de arma de fogo". Descrevem, além do ferimento na região dorsal responsável pela hemorragia, ferimentos à bala no rosto, um no antebraço, um no punho e um na perna, informando a data de sua morte como sendo 28/04/1971.

No documento remetido à Comissão Especial, Arlindo Felipe da Silva, irmão do desaparecido político Mariano Joaquim da Silva, detalha o ocorrido. A energia elétrica foi interrompida ou cortada deliberadamente e os policiais chegaram disparando contra a residência no bairro Sucupira. Um tiro atingiu o braço de um dos filhos de Áurea, que tentou fugir com a criança, em pânico, enquanto Raimundo, aos gritos, pedia calma aos agentes de segurança e informava que a casa tinha crianças. Foi atingido e caiu. Todos foram levados presos, vivos, em carros separados para local ignorado. Arlindo foi transferido no dia seguinte para as instalações da Secretaria de Segurança. Soube da morte do companheiro alguns meses mais tarde.

O relator da CEMDP concluiu que os fatos expostos permitem a "*convicção de que Raimundo Gonçalves, efetivamente, não morreu em confronto armado com os agentes do Estado. Raimundo foi baleado, preso e já sob domínio dos agentes públicos, foi morto*".



ALUÍZIO PALHANO PEDREIRA FERREIRA (1922-1971)

Número do processo: 217/96

Filiação: Henise Palhano Pedreira Ferreira e João Alves Pedreira Ferreira

Data e local de nascimento: 05/09/1922, Pirajuí (SP)

Organização política ou atividade: VPR

Data e local de desaparecimento: 09/05/1971, São Paulo (SP)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

O nome de Aluízio consta da lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95, tendo sido preso em 09/05/1971 em São Paulo. No período anterior à deposição de João Goulart, ele era o principal líder sindical bancário no Brasil. Filho de fazendeiro abastado, nasceu em Pirajuí, interior paulista, estudou no Colégio Mackenzie, em São Paulo, e no Colégio Salesiano, em Santa Rosa/Niterói. Terminou o curso secundário no Colégio Plínio Leite e trabalhou como bilheteiro no Cine Royal, que pertencia à avó, em Niterói. Aos 21 anos, fez concurso e ingressou no Banco do Brasil, iniciando a vida de dirigente sindical. Foi por duas vezes presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito (CONTEC) e vice-presidente do Comando Geral dos Trabalhadores. Em 1947, casou-se com Leda Pimenta, com quem teve dois filhos, Márcia e Honésio.

Formou-se em Direito na Universidade Federal Fluminense. Nos dias do Golpe de Estado, sua esposa conta que Palhano ainda tentou articular-se em ações de resistência, na área da Cinelândia. Teve os direitos políticos cassados e buscou asilo na Embaixada do México, em junho,

deixando a esposa e os filhos no Brasil. Daquele país, seguiu para Cuba, onde viveu alguns anos, participando em mutirões do corte de cana e trabalhando na Rádio Havana, sendo sua voz captada no Brasil. Lá foi eleito pela OLAS – Organização Latino-americana de Solidariedade, representante do movimento sindical do Brasil, em 1967. No final de 1970, regressou clandestinamente ao País para se integrar à VPR. Era um dos contatos, no Brasil, do agente policial infiltrado José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo, que possivelmente o tenha entregue aos órgãos de segurança.

Sua prisão e morte foram denunciadas pelo preso político Altino Rodrigues Dantas Jr., em carta enviada do Presídio Romão Gomes, de São Paulo, em 1º de agosto de 1978, ao general Rodrigo Octávio Jordão Ramos, ministro do STM que vinha, naquele tribunal superior, adotando corajoso posicionamento contrário às violações de Direitos Humanos já denunciadas há vários anos. A prisão de Palhano também foi testemunhada por outros presos políticos, entre eles o militante do MR-8 Nelson Rodrigues Filho, filho do conhecido dramaturgo brasileiro, que esteve com ele no DOI-CODI do Rio de Janeiro.

A carta de Altino contém informações taxativas: *"Na época comandava o DOI-CODI o Major Carlos Alberto Brilhante Ustra (que usava o codinome de 'Tibiricá'), sendo subcomandante o Major Dalmo José Cyrillo ('Major Hermenegildo' ou 'Garcia'). Por volta do dia 16 de maio, Aluizio Palhano chegou àquele organismo do II Exército, recambiado do Cenimar do Rio de Janeiro (...) Na noite do dia 20 para 21 daquele mês de maio, por volta das 23 horas, ouvi quando o retiraram da cela contígua à minha e o conduziram para a sala de torturas, que era separada da cela forte, onde me encontrava, por um pequeno corredor. Podia, assim, ouvir os gritos do torturado. A sessão de tortura se prolongou até a alta madrugada do dia 21, provavelmente 2 ou 4 horas da manhã, momento em que se fez silêncio.*

Alguns minutos após, fui conduzido a essa mesma sala de torturas, que estava suja de sangue mais que de costume. Perante vários torturadores, particularmente excitados naquele dia, ouvi de um deles, conhecido pelo codinome de 'JC' (cujo verdadeiro nome é Dirceu Gravina), a seguinte afirmação: 'Acabamos de matar o seu amigo, agora é a sua vez'. (...) Entre outros, se encontravam presentes naquele momento os seguintes agentes: 'Dr. José' (oficial do Exército, chefe da equipe); 'Jacó' (integrante da equipe, cabo da Aeronáutica); Maurício José de Freitas ('Lunga' ou 'Lungaretti', integrante dos quadros da Polícia Federal), além do já citado Dirceu Gravina 'JC', e outros sobre os quais não tenho referências".

Inês Etienne Romeu, sobrevivente do sítio clandestino em Petrópolis, afirma, em seu relatório de prisão, que Palhano foi levado para lá no dia 13/05/1971, tendo ouvido várias vezes sua voz durante os interrogatórios. Afirma, ainda, que Mariano Joaquim da Silva, desaparecido com quem ela conversou durante o seqüestro de ambos naquela casa de horrores, viu a chegada de Palhano e o estado físico deplorável em que se encontrava, resultante das torturas.



STUART EDGAR ANGEL JONES (1945-1971)

Número do processo: 197/96

Data e local de nascimento: 11/01/1945, Salvador (BA)

Filiação: Zuleika Angel Jones e Norman Angel Jones

Organização política ou atividade: MR-8

Data e local do desaparecimento: 14/05/1971, Rio de Janeiro (RJ)

Data da publicação no DOU: Lei nº 9.140/95 – 04/12/95

Stuart Edgar Angel Jones foi assassinado sob terríveis torturas na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro. Morreu na noite de 14 de maio de 1971 e o nome dele consta da lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. O caso gerou grande repercussão nacional e internacional.

Filho da estilista de alta costura Zuzu Angel com o norte-americano Norman Angel Jones, irmão da colunista social Hildegard Angel, Stuart nasceu em Salvador e cresceu no Rio de Janeiro. Apaixonado por esportes, praticou tênis, natação, capoeira, levantamento de peso e remo.